

SAUSP.DOC

MARÇO/ABRIL DE 2025.

Cultura e autoritarismo: as experiências do passado e os desafios do presente.

Márcia Bassetto Paes¹

Quando, em 1977, ano de uma mudança radical, um grupo de músicos ingleses gritou *No future*, parecia um paradoxo a que não se deveria dar importância. Na realidade, tratava-se de um anúncio muito sério. A percepção de futuro começava a mudar. (Berardi, 2019, p. 20).

Falar sobre cultura e ditadura civil-militar brasileira é também falar sobre a juventude que cresceu sob seu jugo. Eu me enquadrado nesse contexto. Faço parte de uma geração que, na segunda metade da década de 1970, tomou contato com a realidade da censura, das prisões e das mortes não pela via tradicional da militância política, mas, inicialmente, por meio da contracultura.

Guitarras elétricas, festivais de rock, o cinema de Antonioni, Buñuel, Pasolini, Fellini, a literatura transgressora, os jornais alternativos sinalizavam que a arte poderia ser um veículo de questionamento: era possível contestar sem pedir permissão. A imprensa e o teatro alternativos, a música brasileira, sobretudo os versos e acordes dos tropicalistas com metáforas afiadas, nos mostravam novas formas de protesto.

Influenciados pelos ecos da contracultura dos anos 1960 vindos dos Estados Unidos e Europa, esses jovens experimentavam um mundo que pregava liberdade, questionava padrões e desafiava o conservadorismo.

No Brasil, no entanto, a realidade era outra. O regime militar não apenas tolhia a participação política, mas impunha um cotidiano de repressão, cerceamento de ideias e medo. No currículo escolar as disciplinas de História e Geografia foram substituídas pelas nefastas Educação Moral e Cívica e Estudos Sociais. O objetivo dessas disciplinas era transmitir valores nacionalistas, patrióticos e de obediência às instituições, visando um ensino menos crítico e voltado à formação de cidadãos conformados com as diretrizes impostas pelo governo autoritário.

Assim, vivíamos uma contradição: estávamos conectados ao espírito libertário da contracultura, mas enclausurados pela ordem do regime. E foi nesse paradoxo que formas próprias de resistência e, sobretudo, de ofensiva foram adotadas.

Essa geração não se identificava com as organizações oriundas do stalinismo. O Partido

¹ Márcia Bassetto Paes é formada em Letras e doutora em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Participou da Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo como relatora, e é membro do conselho consultivo da ANPUH-SP (Associação Nacional de História - São Paulo)

Comunista Brasileiro sofria pelas perseguições e mortes impetradas pelo regime, além do desgaste pelos inúmeros rachas e sérios reveses internacionais após a Primavera de Praga. Suas concepções estéticas não nos causava a menor simpatia. Condenavam a produção e os representantes da contracultura – taxando-os de representantes do imperialismo – e valorizavam o que chamavam de “arte para o povo” ou “do povo”. Não víamos a menor graça no estilo “Caminhando e cantando” – estávamos mais para “Caminhando contra o vento”. Tampouco víamos sentido nas dissidências que seguiram o caminho da luta armada, como o PCdoB e outras organizações, que a essa altura, inclusive, já haviam feito a autocrítica.

Se, por um lado, a segunda metade da década de 1970 ainda era marcada pela repressão brutal da ditadura civil-militar, por outro, foi nesse mesmo período que começou a se desenhar um movimento de ascensão política e social.

Vivíamos ainda sob o peso das mortes de Alexandre Vanucchi Leme, Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho — assassinatos que expuseram as entranhas da máquina repressiva. O fechamento do Congresso em janeiro de 1977 e o chamado “Pacote de Abril”, imposto pelo general Geisel para garantir a perpetuação do regime, demonstravam que a ditadura ainda mantinha o controle e o usava sem hesitação.

No entanto, paradoxalmente, esse também foi um período de reorganização dos movimentos populares. O movimento estudantil, que havia sido desmantelado nos anos anteriores, voltou a ganhar fôlego. Foram reconstruídos os Diretórios Centrais de Estudantes (DCEs), a União Nacional dos Estudantes (UNE). O mesmo aconteceu com outras categorias, que se articularam em associações e sindicatos. Entre os trabalhadores, os sindicatos passaram a se reorganizar, sacudindo o controle exercido até então pelos “pelegos”, responsáveis por manter as entidades atreladas ao regime. Era o prenúncio de um novo tempo, que se consolidaria no final da década com as greves operárias no ABC paulista e com o surgimento de novas lideranças dos trabalhadores.

Ingressei na USP em 1976. A Universidade de São Paulo, em particular, era um oásis para quem buscava um ambiente de mobilização e pensamento crítico. Para muitos de nós, que chegavam à USP no período das mobilizações seguidas à morte de Vladimir Herzog, era como entrar em uma espécie de “aldeia de Astérix e Obélix” como bem comparou Geraldinho Siqueira – um dos líderes estudantis à época —, um espaço onde o espírito de luta parecia resistir ao cerco do império militar.²

O Brasil passou a viver um momento de transição. A repressão ainda era brutal, mas a ditadura não era mais inquestionável. O que começou como pequenas frestas logo se tornaria um movimento que colocava em xeque a abertura lenta e gradual idealizada por Geisel. No entanto, a sensação de total liberdade era, em parte, ilusória. Se dentro dos muros da Universidade se construíam debates, atos e articulações, no coração da instituição operava um sofisticado aparato de vigilância. Uma teia silenciosa, meticulosamente arquitetada, monitorava os movimentos da comunidade acadêmica, desde os funcionários, estudantes, professores até as altas esferas, inclusive a Reitoria e o Conselho Universitário.

A AESI na Universidade de São Paulo

De 1972 a 1982 funcionou clandestinamente na Universidade de São Paulo um organismo denominado Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI), destinado a exercer atividades de

² O ano de 1977 foi emblemático. Por um lado, foi o ano com o maior número de prisões e mortes de toda a ditadura, uma demonstração de que o regime ainda se movia com violência. Mas foi também o ano em que as universidades se tornaram verdadeiros focos de ascensão e efervescência política.

controle político e ideológico junto à Reitoria, inclusive com funcionários contratados e uma sala ao lado da sala do reitor.

As AESI eram aparelhos instalados no interior das instituições públicas federais a partir de determinação dos órgãos aos quais estavam subordinadas, as Divisões de Segurança e Informação (DSI). Ao Ministério da Educação e Cultura, por exemplo, cabia a responsabilidade de vigilância sobre as universidades federais. Tais assessorias deviam exercer o monitoramento das reuniões ocorridas em suas dependências, controlar as publicações ali distribuídas e interferir não apenas nos processos de contratação de funcionários e docentes, mas ainda em temas de teses e dissertações, nas atividades de professores e estudantes estrangeiros e na concessão de bolsas a estudantes, prestando contas de tudo ao SNI (Serviço Nacional de Informações), instância superior na rede de informações do regime. Apesar de tais dispositivos terem como alvo as repartições federais, o reitor Miguel Reale determinou, em 1972, a formalização de uma AESI no campus da USP, em consonância com as diretrizes do SNI. As consequências dessa iniciativa foram devastadoras para a USP: perseguições, cassações, perda de autonomia.

Tais atividades geraram, ao longo desses dez anos de funcionamento, um grande volume de documentos que, segundo declarações do reitor Antônio Hélio Guerra Vieira à Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo, foram queimados em 1982.

Em depoimento à Comissão da Verdade da USP, datado de 2013, Guerra Vieira esclareceria que a decisão de queimar tudo foi compartilhada com o chefe da Consultoria Jurídica e com o coordenador de Administração Geral (CODAGE). Tudo devidamente registrado em ata por eles assinada.

Exemplo 1

Contratação do professor Dr. Fuad Daher Saad pelo Instituto de Física.

(Ficha de Identificação Documento 25 do catálogo AESI-USP, com a solicitação de informações sobre o professor, e a Reprodução do documento original emitido pela AESI-USP.)

Documento
25

Série
Pedido de
busca

Data	17/04/1973
Espécie	Pedido de Busca
N.	1325
Timbre	Brasão da República, Carimbo Ministério da Educação e Cultura, Divisão de Segurança e Informações.
Outros sinais de validação	Carimbo Ministério da Educação e Cultura, rubrica, anotações manuscritas, carimbo com grau de sigilo.
Proveniência	Fundo SNI
Notação	ASP-ACE-10675-82
Marcas de encaminhamento	Número manuscrito.
Páginas	1
Anexos	Sím. Ficha com dados Pessoais de Fuad Daher Saad
Descritores	Fuad Daher Saad; Murad Daher Saad; Maria Daher Saad; Nova Granada/São Paulo Instituto de Física da Universidade de São Paulo
Sumário	Solicita aos órgãos do Sistema de Informações dados complementares para contratação de Fuad Daher Saad.

Documento
25

Série
Pedido de
busca

Ficha de identificação

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

P.B. Nº 1.325/73-SI/USP/73
(São Paulo, 17/abril/1973)

2287
* 3 MAI 1973

ASSUNTO: FUAD DAHER SAAD

ORIGEM: AESI/UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

AValiação:

DIFUSÃO ANTERIOR:

DIFUSÃO ATUAL: SNI/ASP-ARSI/BB.MT/DSI/MEC.2a,Sec.ENG/Ex-2a.Sec./2a.DE-2a.Dec.ENG/PM-DPF/ASP-DEOPS/SP-CIOP/SSP

REFERÊNCIA: Inf.nº 779/SI/DSI/MEC/73
Of.nº 115.607/8-ASP/SNI, de 15/04/73

ANEXOS:

manuscr. de dados pessoais do interessado (Art. 62, D. de 1967), selado e assinado pelo interessado

1 - DADOS CONHECIDOS

a) Nome : FUAD DAHER SAAD

b) Filiação : MURAD DAHER SAAD
MARIA DAHER SAAD

c) Naturalidade : NOVA GRANADA-SP

d) Nascimento : 28-7-1938

e) R.G. : 2.047.132-SP

f) está sendo proposta contratação do interessado para exercer funções docentes junto ao Instituto de Física da USP.

2 - DADOS SOLICITADOS

a) confirmação dos dados de identificação.

b) antecedentes.

c) outros dados julgados úteis e oportunos.

CONFIDENCIAL

Reprodução

A seguir, parecer emitido pela Agência Central do Serviço Nacional de Segurança (SNI) contrário à contratação.

Documento
25.11
Série
Informativo

Documento
25.11
Série
Informativo

Data	18/03/1974
Espécie	Mensagem Direta
N.	2698/72
Timbre	Brasão da República, Presidência da República, Serviço Nacional de Informações.
Outros sinais de validação	Carimbo com numeração e data, assinatura.
Proveniência	Fundo SNI
Notação	ASP-ACE-10675-82
Marcas de encaminhamento	
Páginas	1
Anexos	Não
Descritores	Fuad Daher Saad; Coronel Darcy Boano Mussói; Agência de São Paulo/Serviço Nacional de Informações
Sumário	Trata de parecer de contra-indicação de contratação de Fuad Daher Saad.

Ficha de identificação

REPUBLICA DA REPUBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

RADIOGRAMA TRANSMITIDO

INDICAÇÕES DE SERVIÇO: MENSAGEM DIRETA

DE: ASP 2698/72/AC/74 15MAR

PARA: /

Transmitido por: /

Recebido por: /

Data-hora: /

4128/72. REDINFO NR 167507/73-ASP/SNI, DE 06 JUN 73. SOL DAR CONHECIMENTO, VERBALMENTE, ÚNICO INTERESSADO, QUE EXISTEM REGISTROS QUE DESACONSELHAM O APROVEITAMENTO DE FUAD DAHER SAAD. CEL MUSSOI CH DA AC/SNI.

AUTENTICAÇÃO: /

Reprodução

Disse ainda, na tentativa de minimizar a importância dos documentos, que “havia um certo número de pastas com cópias de fichas destes órgãos que nós conhecíamos pela imprensa: Dops Estadual, Exército e Marinha.” O argumento de que “as fichas eram de uma irrelevância total” vinha reforçado por outro, mais contundente: eram “cópias de documentação em poder do Governo do Estado e das Forças Armadas.” Daí a solução final: segundo Guerra Vieira, o arquivo foi incinerado na Faculdade de Veterinária, onde incineram os cães.³

Porém, graças ao caráter especular, típico do modo de relacionamento das instituições que mantinham essa correspondência, foi possível rastrear parcela significativa do material expedido pela AESI e resgatar documentos que viabilizaram as diferentes modalidades de comunicação entre a AESI-USP e os órgãos de segurança e informações.

Meu interesse pelo tema surgiu em 2016, quando fui convidada pela professora Janice Theodoro da Silva, coordenadora da Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo, a auxiliá-la na redação do relatório final e na localização de documentos que, tendo sido produzidos pela AESI-USP, só poderiam ser consultados de forma indireta, isto é, em arquivos de instituições com as quais o organismo havia se relacionado. Daí resultou minha tese cujo objetivo foi, na medida do possível, reunir essas correspondências e gerar uma ferramenta de busca para futuros pesquisadores da área. Foram catalogados cerca de 800 documentos e seus respectivos anexos, oriundos de várias instituições: Arquivo SNI, arquivo DOPS-SP, AESI-UFMG, AESI-UnB.⁴

A vigilância sempre houve, porém, com a AESI a autonomia universitária ficou comprometida

É preciso lembrar, no entanto, que a USP manteve correspondência com os órgãos de segurança desde o momento de sua fundação, em 1934, muito antes da implantação da AESI. Nas

³ O depoimento completo de Antônio Hélio Guerra Vieira figura no primeiro volume do relatório final da Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo (p. 525-551).

⁴ O catálogo completo pode ser acessado em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-06022023-175311/pt-br.php#referencias>

Exemplo 2

Contratação da funcionária Célia Garcia Pereira, para exercer funções administrativas

(Ficha de Identificação Documento n. 32 do catálogo AESI-USP, com a solicitação de informações e a Reprodução do documento original emitido pela AESI USP)

Documento 32
Data 24/10/1972

Documento 32
Data 24/10/1972

Ficha de Identificação

Espécie N.	Pedido de Busca N. 001
Timbre	Brasão da República Ministério da Educação e Cultura (MEC) Divisão de Segurança e Informações Universidade de São Paulo
Outros sinais de validação	Carimbo Rubrica
Remetente(s)	Assessoria Especial de Segurança e Informações da Universidade de São Paulo (AESI-USP)
Destinatário(s)	Órgãos de Segurança
Proveniência	Fundo DEOPS
Notação	OP-1400
Página(s)	1
	Não
Descritor(es)	Célia Garcia Pereira Julio Garcia Pereira Oswalda Garcia Pereira
Sumário	A Assessoria Especial de Segurança e Informações da Universidade de São Paulo (AESI-USP) solicita dados complementares para contratação de Celia Garcia Pereira para exercer funções administrativas.

Reprodução

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

P.B. nº 001/AESI/USP/DSI/MEC/72
(S. Paulo, 24/10/72)

ASSUNTO: CELIA GARCIA PEREIRA

ORIGEM: AVALIAÇÃO: AESI/USP/DSI/MEC

DIFUSÃO ANTERIOR:

DIFUSÃO ATUAL:

REFERÊNCIA: DSI/MEC - SNI/ASP - AESI/SP-INT/DSI/MEC - 2ª seção
LNU/CX - 2ª seção DE/EX - 2ª seção LNU/PM - MFF /
ASP - DEOPS/SP - CIUP/ASP

ANEXOS:

1-DADOS CONHECIDOS

a) Nome : CELIA GARCIA PEREIRA

b) Filiação : JULIO GARCIA PEREIRA
OSWALDA GARCIA PEREIRA

c) Naturalidade : SÃO PAULO - CAPITAL

d) Nascimento : 23-1-1954

e) R.G. : 5.078.873 - SP

f) está sendo proposta contratação da interessada para exercer funções administrativas junto à USP.

2-DADOS SOLICITADOS

a) confirmação dos dados de identificação;

b) antecedentes;

c) outros dados julgados úteis e oportunos.

CONFIDENCIAL

décadas de 1940, 1950, 1960 a Universidade, sob as ordens de seus reitores - vale citar Ernesto Moraes Leme, Miguel Reale (duas gestões), Luís Antônio da Gama e Silva (ministro da Justiça), Alfredo Buzaid (assumiu interinamente por três períodos, e também ministro da Justiça) -, foi responsável pelo envio de informações aos órgãos de segurança, inclusive fornecidos espontaneamente.

As AESI funcionaram dentro de um regime capilar de troca de informações, o que exigia de seus agentes o domínio de certos procedimentos e uma rigorosa observância das normas estabelecidas pelo governo federal. O sistema baseava-se em manuais que expunham os requisitos e as fórmulas por meio dos quais deveriam circular as informações. Cabe lembrar que a USP manteve troca de informações com os órgãos de segurança também em anos subsequentes à existência formal da AESI-USP, nos quais adotou as normas e diretrizes preconizadas nos tais manuais.

Após a implantação da AESI, em outubro de 1972, a autonomia universitária ficou bastante comprometida. A instituição passou a ser subordinada a um organismo ligado aos órgãos de segurança, situação até então inédita. Conviveram com este organismo os reitores Miguel Reali, Orlando Marques de Paiva, Valdir Muniz Oliva e Antônio Hélio Guerra Vieira (responsável pela queima dos documentos produzidos pela parceria entre a USP e a AESI).

1977: um ano atribulado

Uma Comissão Especial de Inquérito, instalada em maio desse ano, abalou a rotina da Reitoria e da AESI: a prisão de alguns estudantes em fins de abril e início de maio - eu inclusive -, desencadeia uma série de assembleias, passeatas e greves, sinalizando a rearticulação do movimento estudantil e uma ofensiva mais contundente nas reivindicações pelas liberdades democráticas. Na mesma ocasião

ganham fôlego as articulações para a formação da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (ADUSP) e cresce em importância o Comitê em Defesa dos Presos Políticos (CDPP) formado em 1974.

Também em 1977 é criado o Comitê de Luta pela Anistia Primeiro de Maio. A palavra de ordem “abaixo a ditadura”, até então proferida em pequenos círculos de militância, ganha as ruas. Os avanços das mobilizações em nível nacional e a rearticulação da comunidade uspiana e de outros setores da sociedade civil tornaram possível, já nos anos 1980, a reintegração de professores perseguidos anteriormente pela AESI. O processo arrastou-se por alguns anos, à medida que a prática da triagem ideológica era colocada em pauta e denunciada. Ficava evidente também que o órgão, então batizado de “terceiro estágio” em alusão a uma instância superior de decisão, existiu e manteve em arquivo os documentos que lhe deram sustentação. A AESI-USP teve fim em 1982, mesma ocasião em que seus documentos foram transformados em cinzas.

Vida um pouco mais longa tiveram as assessorias no âmbito das instituições federais de ensino superior vinculadas ao MEC, extintas por Decreto em 30 setembro de 1986. Tal decreto, porém, não impediu que os órgãos de segurança continuassem a se ocupar com a rotina da USP. Chegamos a encontrar documentos com o mesmo método de elaboração em 1989: a manutenção das fórmulas documentais instituídas pelo regime sobreviveu à própria destituição dos funcionários encarregados das rotinas administrativas da AESI-USP.

A pesquisa e a metodologia arquivística

Tudo leva a crer que a destruição do arquivo corresponde ao propósito de não deixar vestígios das atividades desenvolvidas pela AESI-USP, pois a qualidade probatória dos documentos de arquivo - em outras palavras, seu poder de remissão – podem até ser utilizados em ações de reparação.

Portanto a reconstituição dos arquivos da AESI-USP e os documentos que atestam as relações da Universidade com os órgãos de segurança são fundamentais fontes de conhecimento retrospectivo. A concretização desse resgate só foi possível com a utilização de ferramentas dadas pelo conhecimento histórico e a metodologia arquivística. E são essas ferramentas, esses instrumentos que hoje sofrem ataques do poder organizado da direita.

Pode parecer ingênuo falar sobre o *modus operandi* da ditadura civil-militar brasileira e da forma como o regime atuava para perseguir militantes e organizações. Se, naqueles anos, a repressão dependia de uma vasta rede de informantes, agentes infiltrados e órgãos de vigilância sigilosos, hoje os mecanismos de controle se sofisticaram e se tornaram, paradoxalmente, mais visíveis e, ao mesmo tempo, mais naturalizados.

Através das novas tecnologias os algozes contemporâneos nos armaram com instrumentos conectados mundialmente, em rede. Nós, voluntariamente, entregamos tudo: o que pensamos, o que fazemos, o que comemos, onde nos reunimos, onde nos divertimos, como nos colocamos no mundo. Se antes o regime militar precisava montar um complexo esquema de espionagem, hoje a exposição do “eu” nas redes sociais facilita o trabalho de controle e monitoramento. E mais, essa exposição tem um efeito duplo: ao mesmo tempo que nos entrega, nos isola socialmente.

Isso significa que o projeto neoliberal não opera apenas na economia ou na política institucional; ele atua também no campo psíquico, na subjetividade. Os métodos de controle social foram reformulados e, agora, nos atravessam e nos introjetam de maneira imperceptível. O neoliberalismo

Exemplo 3

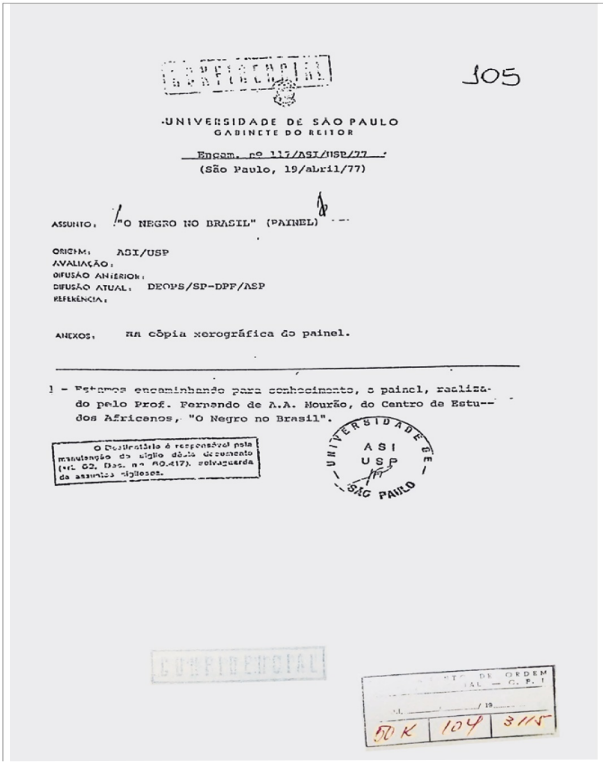
Interferência em tema de tese de estudante estrangeiro de pós-graduação sob orientação do prof. Dr. Fernando Augusto Albuquerque Mourão. A interferência se dá porque o tema da tese abordava a situação do negro no Brasil. (Ficha de Identificação Documento n. 373 do catálogo AESI-USP, com a solicitação de informações e a Reprodução do documento original emitido pela AESI-USP)

Documento 373
Data 19/04/1977

Espécie N.	Encaminhamento N. 118
Timbre	Brasão da Universidade de São Paulo Universidade de São Paulo (USP) Gabinete do Reitor
Outros sinais de validação	Carimbo Rubrica
Remetente(s)	Assessoria Especial de Segurança e Informação da Universidade de São Paulo (AESI-USP)
Destinatário(s)	Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo Serviço Nacional de Informações (SNI) - Agência de São Paulo
Proveniência	Fundo DEOPS
Notação	50K-104-3118
Páginas	1
Descritores	Centro de Estudos Africanos Eduardo Judas Barros Fernando Augusto Albuquerque Mourão
Sumário	Trata dos esclarecimentos do professor Fernando Augusto Albuquerque Mourão sobre a tese de Eduardo Judas Barros sobre o negro no Brasil e o projeto da referida tese.

Ficha de identificação

Documento 373
Data 19/04/1977



Reprodução

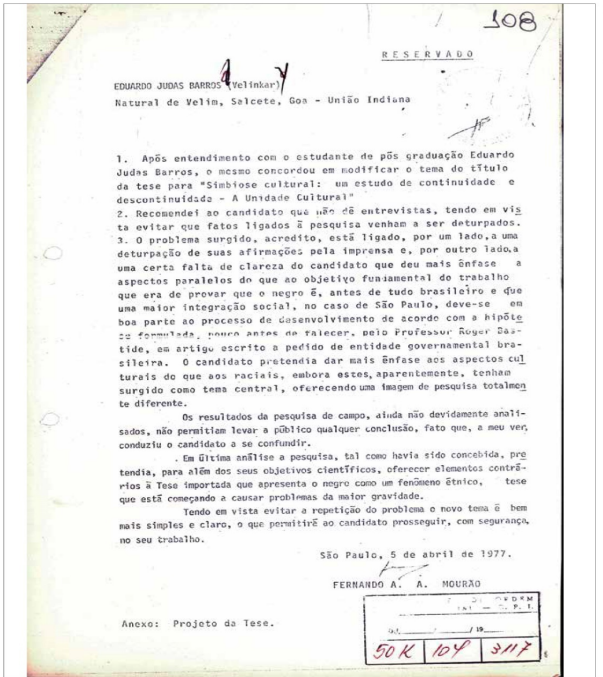
Carta do prof. Dr. Fernando Augusto Albuquerque Mourão informando mudança do tema de tese (Ficha de Identificação Documento n. 373.1 do catálogo AESI-USP e a Reprodução do documento original)

Documento 373.1
Data 05/04/1977

Espécie N.	Relatório
Timbre	
Outros sinais de validação	Carimbo Rubrica
Remetente(s)	Fernando A. A. Mourão
Destinatário(s)	Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo Serviço Nacional de Informações (SNI) - Agência de São Paulo
Proveniência	Fundo DEOPS
Notação	50K-104-3117
Páginas	2
Descritores	Eduardo Judas Barros Fernando Augusto Albuquerque Mourão Jawaharlal Nehru University Roger Bastide
Sumário	Trata de carta do orientador Fernando Augusto Albuquerque Mourão informando novo projeto de tese de Eduardo Judas Barros.

Ficha de identificação

Documento 373.1 (p. 01)
Data 05/04/1977



Reprodução

impõe a todos nós a racionalidade da maximização do lucro e da utilidade como o único critério válido para a ação, seja ela econômica, social ou pessoal. As relações humanas são reduzidas a cálculos de custo e benefício, e o sentido de comunidade enfraquece.

Margaret Thatcher, em 1979, não escondeu os verdadeiros propósitos desse projeto. Em entrevista ao Sunday Times, anunciou: A economia é o método. O objetivo é mudar o coração e a alma. Hoje, 46 anos depois, podemos afirmar que o projeto neoliberal, preconizado pela dupla Thatcher/Reagan, foi vencedor e lança mão de métodos fascistas clássicos em nível internacional, tendo Trump à frente do comando. Estamos sob o comando americano que atua em parceria com as Big Techs (Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft).

Uma das intenções desse modelo, herdada do fascismo e de todos os outros regimes autoritários, tem como objetivo destruir as bases da solidariedade e da organização coletiva. No Brasil, o golpe civil-militar, desferido em 1964 e os 21 anos que se seguiram, conseguiu estimular o projeto da política do esquecimento, cuja consolidação se deu com a anistia de 1979. Não há como ocultar que essa anistia ocorrera sob a vigência da ditadura, embora tenha sido um importante passo para o retorno de exilados e só possível graças às fortes mobilizações ocorridas em escala nacional. Os inúmeros acordos e concessões foram recebidos e interpretados como um apelo ao esquecimento, inclusive das torturas, assassinatos e desaparecimentos forçados realizados pelo governo ditatorial.

A partir desse enfoque constatamos a reprodução de um vício de origem que está contido na concepção de democracia moderna, qual seja, “o de substituir injustiça por igualdade, reforçando o apelo para uma sociedade amnésica”⁵. As práticas de tortura, as prisões arbitrárias, os desmandos e assassinatos nunca cessaram.

Não à toa vivenciamos hoje, aos moldes do que aconteceu nos anos 1970, os ataques aos docentes, pesquisadores de história e áreas afins. Ao mesmo tempo crescem o descrédito e o enfraquecimento das instituições, das associações, dos sindicatos e das representações estudantis e trabalhistas. O que não foi feito pela ditadura à base de prisões e torturas, o neoliberalismo tenta fazer através da precarização do trabalho, da individualização das lutas e da fragmentação da sociedade. Por isso, mais do que nunca, precisamos fortalecer as entidades, os espaços de preservação das memórias coletivas, dos documentos e as formas de organização. Se há algo que o passado nos ensina, é que a resistência só é possível através da união de forças e interesses.

A minha prisão, em 1977, só não teve um desfecho pior por conta da mobilização desencadeada pelos diversos setores organizados, cito alguns:

- Os membros do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, que vieram ao auditório do Departamento de História para formalizar a denúncia de prisão (muito importante na época para que não passássemos a ser considerados “desaparecidos”);
- Os Centros Acadêmicos, o DCE, a ADUSP;
- A atuação de docentes oriundos da USP, como a Profa. Emília Viotti – também vítima da ditadura, cassada pelo AI5 - junto às associações e entidades internacionais.

Muitas dessas organizações sobrevivem até hoje porque, mesmo nos momentos mais difíceis - como esses nos anos 1970 -, contaram com pessoas comprometidas com a sua manutenção, com a sua proteção e com as suas atividades, que não deixaram de acontecer mesmo sob a vigilância ostensiva exercida dentro das universidades.

⁵ SILVA FILHO, 2015, p. 50.

Exemplo 4

Interferência na eleição de reitor.

(Ficha de Identificação Documento n. 391 do catálogo AESI-USP, com a lista de nomes do Conselho Universitário – eleitores da lista tríplice para reitor e Reprodução do documento original emitido pela AESI-USP. Obs.: Não reproduzimos o anexo com os 84 nomes que compunham o CO)

Documento	391
Data	17/10/1977

Ficha de identificação

Espécie N.	Informação N. 383
Timbre	Brasão da Universidade de São Paulo Universidade de São Paulo (USP) Gabinete do Reitor
Outros sinais de validação	Carimbo
Remetente(s)	Assessoria Especial de Segurança e Informação da Universidade de São Paulo (AESI-USP)
Destinatário(s)	Órgãos de Segurança e Informações
Proveniência	Fundo DEOPS
Notação	OP-1597
Páginas	1
Descritores	Conselho Universitário da Universidade de São Paulo (CO-USP)
Sumário	Trata da composição do Conselho Universitário (CO) da Universidade de São Paulo com vistas à eleição do Reitor.

Documento 391
Data 17/10/1977

Reprodução

OP DE

CONFIDENCIAL

D.O.P.S.
DIRETORIA GERAL
A Divisão de O. Política - 2.ª
Em 19 de 10 de 77

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
GABINETE DO REITOR

Inform. nº 383/AEI/USP/77
(São Paulo, 17/outubro/77)

ASSUNTO: COMPOSIÇÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA USP.

ORIGEM: AEI/USP.

AVALIACAO:

DEUSAO ANTERIOR:

DEUSAO ATUAL: SNI/ASP-AEI/DR-5/MEC-2a.S.EH/EX-2a.S.EH/TN-DEI/ASP-
DEOPS/SP-DIRA-2a.S.2a.DE-CPA/MS.

REFERENCIA:

ANEXOS: cópia xerográfica (13 folhas) da composição do conselho
Universitário.

1 - Estamos encaminhando para conhecimento, a composição do Conselho Universitário da USP.

2 - A reunião do Conselho, onde serão votados os nomes que formam a lista tríplice para escolha do novo Reitor, pelo Senhor Governador do Estado, está marcada para o próximo dia 25 ou 27 do corrente mês.

3 - Na cópia xerográfica da composição do Conselho, os nomes que estão marcados com um ponto preto, são os eleitores (ao todo 84) que votarão nessa reunião.

O Destinatário é responsável pela manutenção do sigilo deste documento (Art. 82, Doc. nº 80.417), sob pena de sanções de natureza sigilosa.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ASI
USP

DIVISÃO DE ORDEM POLITICA
PROTOCOLO
Nº 1022 Livro 2º Fls. 34
São Paulo, 20/10/77
Assinatura do funcionário: [assinatura]

CONFIDENCIAL

Registado, sob nº 660
à fls. 81 de livro nº 01
em 17/10/77

Estamos vendo as tentativas de apagamento da memória e distorções não só no que diz respeito aos horrores impetrados pela ditadura civil-militar. Hoje professores sofrem ameaças, perseguições e questionamentos quanto ao conteúdo dado em salas de aula. A laicidade das escolas, muitas com convivência dos pais e coordenadores de ensino, está sendo questionada. Os espaços escolares estão sendo ocupados por grupos religiosos e organizações como o Brasil Paralelo, que apregoa a desinformação e o negacionismo histórico. Bibliotecas estão sendo fechadas. O governo do Estado não só é conivente com essa ocupação, como trata de reduzir a carga horária de professores de história e áreas afins.

Vemos essa política de apagamento sendo implementada também nos arquivos públicos e instituições. O descaso com que o governo federal vem tratando o Arquivo Nacional chega a ser doloroso. Perpetua-se, dessa maneira, a cultura do desleixo com as fontes de memória do país e de instituições. Se hoje rechaçamos a queima de arquivos, o esquecimento do que representou a ditadura civil-militar, devemos também exaltar a importância de preservar nossas organizações e nossos acervos documentais para não mais repetir os erros do passado.

Referências:

BERARDI, Franco. **Depois do futuro**. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

COMISSÃO da Verdade da Universidade de São Paulo: relatório final. Coordenação Janice Theodoro da Silva. São Paulo, 2018. v. 1: A Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI) da Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://sites.usp.br/comissaodaverdade/relatorio-final/>. Acesso em: 16 abr. 2025.

PAES, Márcia Bassetto. **O arquivo da sala ao lado**: catálogo da correspondência entre a Universidade de São Paulo e os órgãos de segurança (1967-1989). Orientador: Ana Maria de Almeida Camargo. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. DOI <https://doi.org/10.11606/T.8.2022.tde-06022023-175311>

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. **Justiça de transição**: da ditadura civil-militar ao debate justransicional; o direito à memória e à verdade e os caminhos da reparação e da anistia no Brasil. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2015.

Texto:	Márcia Bassetto Paes é formada em Letras e doutora em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Participou da Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo como relatora, e é membro do conselho consultivo da ANPUH-SP (Associação Nacional de História - São Paulo)
Diagramação:	Victor Shirai

Informe de eliminação e recolhimento de documentos

Lista de Eliminação de documentos 01/2025

- FCF, publicada no D.O.E. em 12 de março de 2025
Eliminados 1,25 metros lineares de documentos
- FMVZ, publicada no D.O.E. em 25 de março de 2025
Eliminados 3,10 metros lineares de documentos
- MAC, publicada no D.O.E. em 28 de março de 2025
Eliminados 0,14 metros lineares de documentos
- SVOC, publicada no D.O.E. em 31 de março de 2025
Eliminados 13 metros lineares de documentos
- RUSP/PRIP, publicada no D.O.E. em 3 de abril de 2025
Eliminados 11,06 metros lineares de documentos
- IME, publicada no D.O.E. em 17 de abril de 2025
Eliminados 31,32 metros lineares de documentos

Lista de Eliminação de documentos 14/2025

- IFSC, publicada no D.O.E. em 10 de março de 2025
Eliminados 4,50 metros lineares de documentos

No total foram eliminados 64,37 metros lineares de documentos entre os meses de março e abril de 2025.